

Advocacia administrativa – características

Objeto jurídico: administração pública

Objeto material: interesse legítimo ou ilegítimo, privado e alheio, patrocinado pelo funcionário público

Sujeito ativo: crime próprio

Sujeito passivo: Estado

Elemento subjetivo: dolo

Consumação: crime formal (consuma-se com o patrocínio do interesse privado, ainda que não se alcance o benefício para o particular)

Competência: Justiça Estadual (em regra)

Tentativa é cabível

APPI

Crime funcional próprio

Código Penal

Violência arbitrária

Art. 322 - Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Violência arbitrária – características

Objeto jurídico: administração pública e integridade física

Objeto material: pessoa contra quem a violência é praticada

Sujeito ativo: crime próprio

Sujeito passivo: Estado. Secundariamente, a pessoa que sofreu a violência.

Elemento subjetivo: dolo

Consumação: crime material (consuma-se com a efetiva prática da conduta violenta, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la)

Competência: Justiça Estadual (em regra)

Tentativa é cabível

APPI

Crime funcional impróprio

Lei n.º 13.869/19

Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:

- I - exhibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;
- II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;
- III - produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.

1) (Q2867727 - CESPE/CEBRASPE - Prefeitura de São Cristóvão - Guarda Municipal – 2023) Ronaldo, que é servidor público, recebe a denúncia anônima de que um subordinado está utilizando indevidamente bens públicos para fins particulares. Apesar de ter competência para tomar alguma medida para responsabilizá-lo, Ronaldo decide não agir, por clemência. Nessa situação hipotética, Ronaldo praticou o crime de

- A) condescendência criminosa.
- B) advocacia administrativa.
- C) tráfico de influência.
- D) prevaricação.

2) (Q2719294 - CESPE/CEBRASPE - TCE RJ - Procurador – 2023) Considerando os crimes contra a administração pública, julgue os itens subsecutivos.

O crime de condescendência criminosa é classificado como omissivo próprio, unissubsistente, portanto não se admite modalidade culposa nem tentativa para esse crime.

3) (Q2582561 - CESPE/CEBRASPE - PC PB - Agente de Investigação – 2022) Considera-se crime omissivo próprio

A) a corrupção passiva.

B) a violação de sigilo funcional.

C) o emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

D) a condescendência criminosa.

E) a concussão.

4) (Q1922272 - CESPE/CEBRASPE - SEFAZ CE - Auditor Fiscal Jurídico da Receita Estadual – 2021) Com relação aos crimes contra a fé pública e a administração pública, julgue os itens a seguir.

O ato de servidor público defender interesse legítimo de um amigo no setor em que trabalha não configura crime.

5) (Q2103377 - IDECAN - Prefeitura de Campina Grande - Assistente Jurídico – 2021) No crime de advocacia administrativa, é possível afirmar que o funcionário público

- A) sempre patrocina, direta ou indiretamente, um interesse privado.
- B) jamais se vale da qualidade de funcionário.
- C) nunca deve ter vínculo permanente com a Administração Pública.
- D) sempre patrocina um interesse ilegítimo.

6) (Q2508430 - CESPE/CEBRASPE - MPE SE - Promotor de Justiça Substituto – 2022) O particular que, conjuntamente com um funcionário público, sabendo da condição deste, patrocina diretamente interesse privado perante a administração fazendária pratica

- A) advocacia administrativa.
- B) tráfico de influência.
- C) conduta atípica.
- D) crime previsto na Lei n.º 8.137/1990.
- E) prevaricação.

Lei n.º 8.137/90

Art. 3º Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I):

I - extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social;

II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

7) (Q1197434 - CESPE/CEBRASPE - SEFAZ AL - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação da Fazenda Estadual – 2020) Com relação a aspectos do direito penal, julgue os itens a seguir.

O agente que patrocina interesse privado junto à administração fazendária valendo-se da qualidade de funcionário público comete o crime de advocacia administrativa que, de acordo com o Código Penal, é punido com reclusão.

8) (Q1025156 - IDECAN - AGU - Analista Técnico Administrativo – 2018) Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Advocacia administrativa é crime praticado contra a administração da justiça.
- B) Corrupção ativa é crime praticado por particular contra a administração em geral.
- C) Concussão é crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.
- D) Denúnciação caluniosa é crime praticado contra a administração da justiça.
- E) Descaminho é crime praticado por particular contra a administração em geral.

9) (Q1335047 - FUNDATEC - Prefeitura de Santa Rosa - Vigilante – 2019) Qual o crime cometido por um funcionário que, para impedir a entrada no prédio de uma pessoa vestindo apenas trajes íntimos, dá-lhe um soco no rosto e a derruba no chão?

- A) Uso legal da força.
- B) Abuso de autoridade.
- C) Agressão legal.
- D) Prevenção ao ridículo.
- E) Violência arbitrária.

10) (Q325429 - CESPE/CEBRASPE - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária – 2008)
Julgue os itens a seguir, acerca do concurso de pessoas e dos crimes contra a administração pública.

Pacificou-se, no STJ, o entendimento de que o crime de violência arbitrária, previsto no art. 322 do CP, foi revogado pela Lei n.º 4.898/1965 - abuso de autoridade -, que considera crime desta espécie qualquer atentado à integridade física do indivíduo.